



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

www.protocolo.pi.gov.br
AP.010.1.010213/15
Senha: 6B0C907

AL-P-(SGM) Nº 628

Teresina (PI), 10 de dezembro de 2015.

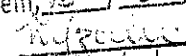
Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei** de autoria do **Poder Executivo** que:

“Altera a Lei Complementar nº 107, de 12 de junho de 2008, e dá outras providências”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

APOIO DO GAB. DO GOVERNADOR
RECEBI em, 18 / 12 / 15

Responsável

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

APROVADO

Em, 09/12/2015
Elfabeto

PROJETO DE LEI Nº 43 DE DE

DE 2015

REDAÇÃO FINAL

Altera a Lei Complementar nº 107, de 12 de junho de 2008, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar 107, de 12 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

II - gratificação de risco de vida ou adicional pelo exercício de atividades perigosas e penosas, conforme o caso.

§ 2º A percepção do subsídio não exclui o pagamento, na forma da legislação aplicável, das seguintes verbas:

.....
IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres.

§ 3º Fica vedada a concessão novamente da gratificação de risco de vida ou adicional pelo exercício de atividades perigosas e penosas.

.....” (NR)

Art. 2º O inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 107, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

II - aos Peritos Médico-legais, Peritos Odonto-legais, Peritos Criminais, Peritos Papiloscopistas Policiais os arts. 43 e 46, I, ambos da Lei Complementar nº 37, de 09 de maio de 2004.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e respeitado o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, poderá ter aplicação com efeitos retroativos a 1º de junho de 2015, na forma do regulamento.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina (PI), 07 de dezembro de 2015.

Dep. **THEMISTOCLES FILHO**
Presidente

Dep. **FERNANDO MONTEIRO**
1º Secretário

Dep. **WILSON BRANDÃO**
2º Secretário

